



# 8

## **Pautas prioritárias das e dos jornalistas brasileiros**

---

Propostas às candidaturas  
à Presidência da República



# OITO PAUTAS PRIORITÁRIAS DAS E DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

**A**s jornalistas e os jornalistas, assim como todas as trabalhadoras e trabalhadores do país, enfrentam hoje uma dura realidade, a mais grave desde a redemocratização. Desmonte da legislação trabalhista, violação de direitos, aumento da violência contra profissionais da mídia, achatamento salarial, precarização da profissão e disseminação de desinformação são algumas imagens do cenário de devastação das bases socioeconômicas da democracia brasileira. Como consequência, toda a classe trabalhadora nacional está ameaçada na sua condição de sobrevivência, que exige trabalho digno e renda.

Profissionais responsáveis por levar informações seguras e corretas à população brasileira, nós, jornalistas, temos o dever profissional e cidadão de enfrentar a barbárie que está à espreita. Neste sentido, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade máxima de representação da categoria no país, apresenta às candidatas e candidatos à Presidência da República as principais pautas da categoria, debatidas nos últimos congressos nacionais, bem como as demandas históricas da classe.

Assim, conclamamos as candidatas e os candidatos a firmarem compromisso público com a defesa do jornalismo, dos jornalistas e da democracia, assim como o combate à desinformação em massa e a retomada dos direitos de toda a classe trabalhadora.

## 1. PEC do Diploma

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal que restabelece a obrigatoriedade da formação de nível superior específica para o exercício da profissão, conhecida como PEC do Diploma.

Já aprovada no Senado com ampla maioria de votos, a PEC 206/12 torna obrigatória a exigência de diploma de curso superior em Jornalismo para o exercício profissional, revertendo um equívoco histórico do Supremo Tribunal Federal, que se mostrou ao longo dos anos - com o ingresso de falsos profissionais no Jornalismo e a explosão das informações fraudulentas (conhecidas como *fake news*) - um grande golpe no direito da população de ser informada.

## 2. Atualização da regulamentação profissional dos Jornalistas

Garantir uma nova regulamentação profissional para os jornalistas, prevista nos Decretos-lei Federais Nº 972/69 e Nº 83.284/79 e na Seção XI – Dos jornalistas profissionais, presente no Título III, Capítulo I, da Consolidação das Leis do Trabalho.

A regulamentação encontra-se atualmente defasada em função das transformações tecnológicas e da criação de novas funções, além do sombreamento de atribuições com outras profissões, como radialista, relações públicas e publicitários. Assegurar que, na nova regulamentação, o trabalho de assessoria de imprensa fique explícito como função privativa de jornalista profissional.

## 3. Criação do Conselho Federal de Jornalistas (CFJ)

O jornalista é um dos poucos profissionais liberais que não tem Conselho para regulamentar seu exercício. A proposta de criação do CFJ (e suas instâncias regionais) tem como objetivo a defesa do Jornalismo e do exercício profissional ético e responsável.



Assim como os conselhos profissionais de outras categorias, o CFJ terá a função de emitir registro profissional, fiscalizar o exercício da profissão, o ensino de Jornalismo e guardar o Código de Ética da categoria, a partir da definição dos procedimentos profissionais adequados, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista ético. O órgão terá sua relevância social, sendo uma instância fundamental para o combate à desinformação.

## **4. Piso Salarial Nacional dos Jornalistas**

Entre as reivindicações históricas da FENAJ está a instituição de um piso salarial nacional para a categoria dos jornalistas. A proposta é que, para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, o piso seja inicialmente fixado em seis salários mínimos, com reajuste anual pelo índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **5. Regulação das Comunicações e das plataformas digitais**

O direito à informação correta e a democratização do acesso aos meios de comunicação são questões centrais para um projeto de reconstrução do país. A extrema concentração, verdadeiro oligopólio, da propriedade das empresas de radiodifusão por parte de poucas famílias, a propriedade cruzada de jornais, emissoras e portais, além da fragilização dos sistemas público e estatal produzem uma profunda distorção no processo democrático brasileiro.

É essencial regulamentar o acesso e a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, conforme previsto nos artigos 220 a 224 da Constituição, que há 32 anos estão congelados no Congresso Nacional por pressão dos donos da mídia e seus aliados. Essa regulação visará a complementariedade dos sistemas privado, estatal e público, a pluralidade e diversidade de vozes, expressões regionais, culturais, regionais e sociais, estabelecendo tais princípios para a radiodifusão e incorporando os novos meios como a TV por assinatura, internet e as tecnologias digitais.

É preciso, ainda, regular a atuação das plataformas digitais no país, estabelecendo parâmetros públicos, transparentes e democráticos para a ação de moderação de conteúdo e garantindo o acompanhamento do cumprimento dessas obrigações. Necessário estabelecer o debate no Congresso das propostas que visam a garantir a neutralidade das plataformas digitais e



assegurar o princípio da soberania nacional sobre quaisquer atividades oferecidas no Brasil, com foco na neutralidade dessas plataformas e na privacidade dos dados.

## **6. Criação do Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo**

Valorizar e incentivar a produção jornalística no país a partir da implementação de tributo a ser pago pelas chamadas *big techs*, como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. Essa é a proposta do chamado Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo (Funajor).

A proposição prevê a tributação destas empresas, com a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), com alíquotas progressivas. Trata-se de um imposto especial que permite sua destinação a determinado fim, neste caso, ao Funajor.

O enorme faturamento por parte dessas companhias e a captação de recursos publicitários, que antes eram destinados em maior grau para as empresas nacionais de comunicação, são alguns dos pontos levantados como argumentos, o que torna, portanto, esta luta justa, já que estas grandes organizações possuem receitas bilionárias que praticamente não são taxadas no Brasil.

## **7. Recuperação da EBC e ampliação do Sistema Público de Comunicação**

A ampliação do Sistema Público de Comunicação é uma necessidade em todo o país. Para tanto, é necessário garantir a utilização irrestrita da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; reconstruir as Redes Nacionais Públicas de TV e de Rádio e ampliar a oferta dos canais públicos, permitindo que este serviço alcance todo o país.

Retomar o projeto de construção e ampliação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), corrigindo e superando as limitações e deficiências na sua criação, separando os serviços de comunicação estatal dos da comunicação pública. Recuperar seu caráter público – destruído pelos governos Temer e Bolsonaro -, recriando seu Conselho Curador, o mandato fixo de seu diretor-presidente, e aprimorando mecanismos para sua autonomia editorial.

Para atender plenamente a vocação da EBC, é preciso seu fortalecimento e expansão para todo o território nacional, com a liberação das verbas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).

Reestabelecer as relações de trabalho com os funcionários da EBC, interrompendo o período que vem desde dezembro de 2020 sem celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com os sindicatos, garantindo a reposição salarial e impedindo a manutenção das práticas de assédio moral contra as trabalhadoras e os trabalhadores.

## **8. Revogação das contrarreformas**

Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária e de todas as medidas que retiraram ou reduziram direitos, enfraqueceram e afastaram os sindicatos da regulação de direitos.

Revogação da EC95 e a defesa de garantia da vinculação orçamentária para o Sistema Único de Saúde (SUS) e também para o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), tripés da Seguridade Social tão duramente atacados e que impactam diretamente na vida dos trabalhadores, sobretudo do número cada vez maior de informais, desempregados e em situação de vulnerabilidade.



# DIRETORIA DA FENAJ

## EXECUTIVA

Presidência - **Samira de Castro (CE)**  
Primeira Vice-presidência - **Paulo Zocchi (SP)**  
Segunda Vice-presidência - **Célio Martins (PR)**  
Secretaria-Geral - **Sérgio Murillo (SC)**  
Secretaria - **Moacy Neves (BA)**  
Primeira-Tesouraria - **Luiz Antônio Spada (GO)**  
Segunda-Tesouraria - **Wilson Reis (AM)**  
Primeira suplência - **Virgínia Berriel (MRJ)**  
Segunda suplência - **Priscila Chandretti (MG/Juiz de Fora)**

## VICES-REGIONAIS

Vice-presidência Norte I  
(Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima)  
**Adriana Cruz (RR)**

Vice-presidência Norte II  
(Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins)  
**Alessandra Bacelar (TO)**

Vice-presidência Nordeste I  
(Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba)  
**Franco Ferreira (PB)**

Vice-presidência Nordeste II  
(Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia)  
**Fernanda Gama (BA)**

Vice-presidência Sudeste  
(Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo)  
**Douglas Dantas (ES)**

Vice-presidência Centro-Oeste  
(Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)  
**Itamar Perenha (MT)**

Vice-presidência Sul  
(Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)  
**José Maria Nunes (RS)**

## CONSELHO FISCAL

**Adroaldo Corrêa (RS) | Edmilson Brito (SE)**  
**Luiz Carlos de Oliveira (PI)**

## COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

**Vera Daisy Barcellos (RS) | Beth Costa (RJ)**  
**Franklin Valverde (SP) | Suzana Tatagiba (ES)**  
**Osnaldo Moraes (PE) | Antônio Paulo (AM)**  
(Suplente)

## SECRETARIAS

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
**Secretário – Ayoub Hanna Ayoub (NP)**  
**Secretário-adjunto – Milton Alves Júnior (SE)**

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
**Secretária – Maria José Braga (GO)**  
**Secretário-adjunto – Celso Schroder (RS)**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL  
**Secretária – Valci Zuculoto (SC)**  
**Secretária-adjunta – Carmen Pereira (MRJ)**

SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA  
**Secretária – Valdice Gomes (AL)**  
**Secretária-adjunta – Helena Saria (PA)**

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO  
SALARIAL E DIREITO AUTORAL  
**Secretário – Rafael Mesquita (CE)**  
**Secretário-adjunto – Thiago Tanji (SP)**

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO DOS  
JORNALISTAS EM ASSESSORIA DE  
COMUNICAÇÃO  
**Secretária – Márcia Quintanilha (SP)**  
**Secretário-adjunto – Breno Araújo (MG)**

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO DOS  
JORNALISTAS DE PRODUÇÃO E IMAGEM  
**Secretário – Guto Camargo (SP)**  
**Secretário-adjunto – Land Seixas (PB)**

SECRETARIA DE SAÚDE E SEGURANÇA  
**Secretário – Norian Segatto (SP)**  
**Secretário-adjunto – Severino Júnior (PE)**



 /Fenajoficial

 /fenajoficial

 /c/FENAJoficial

**FENAJ**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**SCLRN 704 - Bloco F - Loja 20 - CEP 70.730-536 - Brasília-DF**

**Tels.: (61) 3244-0650 / 3244-0658**

**fenaj@fenaj.org.br - www.fenaj.org.br**